

Assurini fecham rodovia no Pará

Agência Estado

Belém — Armados com flechas e espingardas, cerca de 400 índios Assurini, da Aldeia Trocará, no sul do Pará, estão bloqueando desde de segunda-feira a Rodovia Transcmetá, na altura do quilômetro 20, entre os municípios de Tucuruí e Cametá. Eles exigem que governo do Estado cumpra um acordo firmado há cinco anos, ainda na gestão do governador Jáder Barbalho (PMDB).

Segundo o cacique Francisco Assurini, este um acordo amplo e que tomou muitos meses de discussão até ser acertado entre a tribo e o governo do estado do Pará. Entre os diversos benefícios que os índios teriam direito estão a proteção do estado contra qualquer invasão da reserva indígena por fazendeiros e madeireiros, além da construção de escolas, postos de saúde e recuperação da rodovia, hoje praticamente intrafegável devido aos atoleiros.

O cacique assegurou que nem Barbalho tampouco o governador que o sucedeu, Almir Gabriel, cumpriram o que foi acordado com os índios Assurini. A devastação da reserva florestal e a caça indiscriminada de pequenos animais, dentro da área "por invasores brancos", garante, também estão provocando a revolta dos índios. "Eles estão matando nossos animais e roubando nossa comida. Isso já é muito abuso", protesta.

Cerca de 20 quilômetros da Rodovia Transcmetá passam por dentro da reserva indígena. E para completar, o protesto dos índios ganhou o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na região.

A Polícia Militar do Pará deslocou 20 homens de seu batalhão em Tucuruí para tentar liberar a rodovia, mas nada conseguiu. A orientação da PM é atuar com o máximo de cuidado para evitar qualquer tipo de incidente, como o ocorrido em Eldorado dos Carajás, quando 17 trabalhadores sem-terra morreram depois de entrar em conflito com a polícia.

No início da tarde de ontem, mesmo com a presença da PM, os índios Assurini decidiram manter a estrada bloqueada. Eles exigem que o governo do Estado mande um representante até a rodovia para negociar e querem também a presença de um procurador da República.